



Instituto Nacional de Direito Público e Controle Social

Rua Martim Afonso, 536, Cj 01, Bairro São Francisco

CEP: 80410-060 - Fone/Fax: 41 3076-5576

idejura@pop.com.br - Curitiba - Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
CONCURSO PÚBLICO Nº 004/2008 - DATA: 24/02/2008

I N S T R U Ç Õ E S

PROVA TEÓRICA
006 - PROCURADOR

1. O candidato está recebendo, juntamente com este caderno de provas, o cartão-resposta. Confira o seu nome.
2. Ao receber o cartão-resposta, o candidato deve assinar no verso do cartão-resposta. Não haverá substituição desse cartão-resposta e do caderno de provas, a não ser em caso de defeito em sua impressão.
3. Este caderno de provas contém 50 (cinquenta) questões, todas com 5 (cinco) alternativas. Para cada questão existe apenas UMA resposta certa. O caderno de provas só será trocado se apresentar problema de impressão.
4. A tarefa do candidato consiste em analisar o conteúdo de cada questão e assinalar a resposta que julgar certa. A interpretação das questões, bem como das instruções, faz parte da prova.
5. Preencha o cartão-resposta na mesma seqüência das questões do caderno de provas (de nº 01 à de nº 50).
6. O cartão-resposta NÃO pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas. A rasura implicará a anulação da resposta.
7. A maneira correta de assinalar a alternativa no cartão-resposta é cobrindo, fortemente, com caneta esferográfica azul ou preta, o espaço a ela correspondente, conforme o exemplo a seguir:

A ■ C D E
8. Não serão consideradas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.
9. O candidato assume plena e total responsabilidade pelo correto preenchimento do cartão-resposta e sua integridade.
10. A duração da prova é de 04 (quatro) horas. A saída do candidato só será permitida após transcorridas 1 (uma) hora do início da mesma. Os três últimos candidatos a terminar a prova deverão retirar-se da sala simultaneamente, após verificarem e assinarem o lacre do envelope que conterá os cartões-resposta. O candidato só poderá levar consigo o Caderno de Provas, nos últimos 15 (quinze) minutos.
11. Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
12. Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. ***Direitos Reservados - IDEJURE.***
13. O gabarito oficial será divulgado no dia 14 de janeiro de 2008, às 10 (dez) horas, no Mural da Câmara Municipal de Jaguariaíva. O resultado não será fornecido por telefone.

BOA SORTE.



CADERNO DE PROVA

01 - Marque a alternativa em que todas as palavras são grafadas com "X":

- A) co__ilo, __ulo, __pra__e;
- B) engra__ar, trou__a, bai__ela;
- C) ni__o, fle__a, ar__chote;
- D) ca__umba, en__otar, bro__e;
- E) e__plêndido, en__ergar, e__cesso.

02 - Marque a alternativa em que todas as palavras estão grafadas CORRETAMENTE:

- A) hélice, órbito;
- B) húmido, hábil;
- C) umildade, exitação;
- D) ombro; álito
- E) humidade, humilde;

03 - Marque a alternativa em que todas as palavras estão grafadas de forma INCORRETA:

- A) aterrissar, cabeleireiro;
- B) malcriado, beneficente;
- C) desinteria, carangueijo;
- D) mortadela, mal-estar;
- E) disenteria, maucriado.

04 -A alternativa em que todas as palavras estão acentuadas CORRETAMENTE é:

- A) hífen, hífens, imã, juri;
- B) pênsil, cútis, bônus, clímax;
- C) cartaz, ananás, aváro, rubrícia;
- D) aizes, solúvel, voo, gaúcho;
- E) geléia, furia, gratis, país

05 - Leia:

"Característica dos tempos modernos é a propensão a separar completamente, na sociedade, a esfera profana da esfera religiosa, criando-se formas de vida de todo independentes da religião. É o processo de secularização que, ultrapassando os limites do ocidente, recupera antiqüíssimas tradições da Ásia e da África".

Infere-se do texto que:



- A) a Ásia e a África disputam entre si antiqüíssimas tradições;
- B) é apenas aparente a atualidade do processo de secularização;
- C) o processo de secularização é algo que se vem fazendo com dificuldade;
- D) o religioso e o profano são dois pólos que determinam as opções do homem moderno;
- E) não é fácil para o homem moderno distinguir entre o religioso e o profano.

06 – Marque a alternativa em que a concordância está CORRETA:

- A) Eu mesmo cuidarei disso, disse ela;
- B) Fizeram bastantes testes?;
- C) Alguns alunos estão meios desanimados;
- D) Já é meio dia e meio;
- E) É proibido a entrada

07 – Analise os significados e marque a alternativa INCORRETA:

- A) A cabeça = pedaço do corpo/ o cabeça = líder;
- B) A lotação = lotado/ o lotação = ônibus;
- C) A rádio = emissora/ o rádio = aparelho;
- D) A capital = cidade/ o capital = dinheiro;
- E) Amoral = contra moral/ imoral = sem moral.

08 – Conforme a concordância verbal assinale abaixo:

- I) sou eu que pago a conta;
- II) alguns de vós passareis no vestibular;
- III) tu e teus colegas passareis no vestibular.

- A) Apenas a alternativa I está correta;
- B) As alternativas I e II estão corretas;
- C) As alternativas I, II e III estão corretas;
- D) Apenas a alternativa III está correta;
- E) Nenhuma das anteriores.

09 – Assinale a opção CORRETA:

- A) Aspiramos ao ar puro da manhã;
- B) Aspiro à carreira militar;
- C) Devemos obedecer às normas do trânsito;
- D) O funcionário visou ao cheque;
- E) O filho quer muito aos seus pais.



10 - Quanto ao emprego da crase, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Não fugiremos à responsabilidade de nos unirmos as pessoas que já iniciaram a empresa;
- B) A qualquer hora, encontrá-la-íamos a frente da televisão;
- C) Chegando à Argentina, dirigiu-se a Buenos Aires;
- D) Confiei tudo à uma pessoa especializada;
- E) O menino ficou feliz em voltar a casa paterna.

11-Com relação às nulidades:

I - O princípio da convalidação estabelece que as nulidades relativas consideram-se sanadas, se não alegadas no momento processual oportuno

II - O princípio da não preclusão e do pronunciamento "ex officio" estabelece que as nulidades absolutas podem ser reconhecidas independentemente de arguição pela outra parte, com exceção da regra estabelecida pela Súmula 160 do STF (*É nula decisão do tribunal que acolhe, contra o réu, nulidade não argüida no recurso de acusação, ressalvados os casos de recurso de ofício*);

III - O princípio da instrumentalidade das formas estabelece que não será declarada a nulidade de ato processual que não houver influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa.

- A) as alternativas I e II estão corretas;
- B) apenas a alternativa II está correta;
- C) as alternativas I, II e III estão corretas;
- D) apenas a alternativa II está incorreta;
- E) apenas a alternativa III está incorreta.

12-Quanto aos crimes funcionais:

I - O procedimento especial previsto no art. 514 do CPP aplica-se a todos os crimes funcionais, sejam afiançáveis ou inafiançáveis;

II - Os únicos crimes funcionais inafiançáveis são o excesso de exação (CP, art. 316, § 1º) e a facilitação de contrabando ou descaminho (CP, art. 318);

III - O prazo para a defesa preliminar do agente é de 15 dias;

- A) Todas as alternativas estão corretas;
- B) Todas as alternativas estão incorretas;
- C) Apenas a alternativa I está incorreta;
- D) Apenas a alternativa II está incorreta;
- E) Apenas a alternativa III está incorreta.

13-Pratica o crime de PREVARICAÇÃO quem:

I - É Particular ou funcionário público e retarda ou deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou pratica contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal;



II - Infringe o princípio da moralidade, agindo com a discricionariedade que lhe é atribuída pela função pública;

III - O prefeito que deixa de aguardar o término do prazo legal para que a Câmara se manifeste sobre o seu projeto de lei, sancionando-a e executando-a prematuramente para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, infringindo expressa disposição de lei.

- A) I, II e III estão corretas;
- B) II e III estão corretas;
- C) I e III estão corretas;
- D) Apenas a I está correta;
- E) Apenas a III está correta.

14-Assinale a alternativa CORRETA:

- A) Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade;
- B) Apenas o Ministério Público pode requerer a instauração de investigação sobre prática de improbidade;
- C) É necessária a criação de CPI para requerer investigação sobre prática de improbidade;
- D) A representação, requerida por qualquer pessoa não pede formalidades, bastando a denúncia da prática de improbidade;
- E) Nenhuma das anteriores.

15-Quanto às modalidades de licitação:

I - Concorrência é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação;

II - Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas;

III - Convite é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto;

IV - Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias;

- A) Todas as alternativas estão corretas;
- B) As alternativas I, II e III estão corretas;
- C) As alternativas I, II e III estão incorretas;
- D) A alternativa IV está incorreta;
- E) Nenhuma das anteriores.

16- A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que a lei de diretrizes orçamentárias atenderá o que dispõe o art. 165 § 2º da Constituição Federal. Então é CORRETO afirmar que:



- A) Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes;
- B) Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei de diretrizes orçamentárias;
- C) É permitido consignar na lei de diretrizes orçamentárias crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada;
- D) Serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias;
- E) A lei de diretrizes orçamentárias poderá consignar dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão.

17- De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, é CORRETO afirmar:

I - São consideradas como despesas obrigatórias de caráter continuado, as despesas correntes e de capital derivadas de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios;

II - O Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação do cumprimento das metas relativas aos últimos três exercícios anteriores; demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculos; evolução do patrimônio líquido dos últimos três exercícios; avaliação da situação financeira e atuarial e demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;

III - A realização de operações de crédito por antecipação de receita depende de verificação pelo Ministério da Fazenda dos limites e condições para realização;

IV - Na apuração da Despesa com Pessoal devem ser computadas as despesas com pessoal da Administração Direta e Indireta, inclusive das empresas estatais dependentes, devendo ser excluídas as despesas com pessoal decorrentes de indenização por demissão, de incentivos à demissão voluntária e de sentença judicial ocorridas a qualquer tempo;

V Os atos que criarem ou aumentarem despesa de caráter continuado, incluídos as que se refiram a despesas destinadas ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do artigo 37 da Constituição, deverão ser instruídos com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio;

VI - Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados na Lei Orçamentária Anual.

- A) Os itens I, III, V e VI estão incorretos;
- B) Os itens II, III, V e VI estão incorretos;
- C) Apenas os itens I, II, IV e VI estão corretos;
- D) Apenas o item III está correto;
- E) Apenas o item VI está correto.



18- Quanto aos contratos administrativos, é INCORRETO afirmar:

- A) Regem-se pela Lei 8666/93 os contratos de obras, serviços, compras e alienações realizados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e dos Tribunais de Contas, nas três esferas administrativas;
- B) Contrato administrativo é todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada;
- C) A Lei 8666/93 permite a contratação com prazo indeterminado;
- D) O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado, rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 desta Lei, fiscalizar-lhes a execução, aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste e nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contrato, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo;
- E) Nenhuma das anteriores.

19- Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, é INCORRETO afirmar:

- A) Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;
- B) Investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;
- C) Para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse;
- D) Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento;
- E) Nenhuma das anteriores.

20- Quanto à Advocacia Geral da União, é CORRETO afirmar:

- A) A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Legislativo;
- B) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada;
- C) O ingresso nas classes iniciais das carreiras da instituição de que trata este artigo far-se-á mediante concurso público de provas e títulos;
- D) Serão exigidos requisitos atinentes ao tempo de prática forense para a investidura em cargos privativos de Bacharel em Direito, de natureza especial ou em comissão, da Advocacia-Geral da União;
- E) Nenhuma das anteriores.



21- Assinale a alternativa CORRETA:

- A) É objetiva a responsabilidade civil do Estado por danos causados por omissão de seus agentes;
- B) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente tanto aos usuários do serviço quanto às demais pessoas que não ostentem a condição de usuário, mas que sejam prejudicadas pela ação dessas pessoas jurídicas;
- C) O Estado não é responsável civilmente pelo dano sofrido por particular que sofre seqüestro cometido por presidiário que fugiu da penitenciária, por negligência de agentes penitenciários, e, formando quadrilha, passou a praticar delitos;
- D) O servidor público que sofreu prejuízo enquanto desempenhava função pública, não pode invocar a responsabilidade civil objetiva do Estado pelos danos sofridos, mesmo que não tenha concorrido para o evento danoso;
- E) Não é juridicamente possível a ação de indenização por dano moral decorrente de ato do Poder Judiciário.

22 – Com relação à intervenção do Poder Público na propriedade privada:

- I – É todo do Poder Público que retira ou restringe direitos dominiais privados ou sujeita o uso de bens particulares a uma destinação de interesse público;
- II – Os fundamentos da intervenção na propriedade privada se baseiam na necessidade pública, utilidade pública ou interesse social, previstos em lei federal;
- III – A desapropriação, a servidão administrativa, a requisição, a ocupação temporária, o tombamento e a limitação administrativa são formas de intervenção;
- IV – A desapropriação não pode ser anulada, nem mesmo pelo Poder Judiciário;

- A) Todas as alternativas estão corretas;
- B) Todas as alternativas estão incorretas;
- C) Apenas a alternativa I está incorreta;
- D) Apenas a alternativa IV está incorreta;
- E) As alternativas III e IV estão incorretas.

23- Assinale a alternativa CORRETA:

- A) Uma vez adquirida a estabilidade, o servidor somente poderá perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa ou mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa;
- B) Extinguindo-se o cargo em que se encontrava o servidor estável, ficará ele em disponibilidade, sem remuneração, até seu adequado aproveitamento em outro cargo;
- C) A reintegração é o retorno do servidor, não necessariamente ao cargo de que fora demitido, sem remuneração do tempo em que ficou afastado, podendo ser reconhecida a ilegalidade da demissão em decisão administrativa;
- D) A exoneração é uma pena administrativa e poderá ser aplicada ao servidor que cometa infração disciplinar ou crime funcional regularmente apurado em processo administrativo ou judicial;
- E) A demissão é uma forma de dispensa do servidor, por não servir mais à conveniência da Administração;



24- Quanto aos instrumentos de controle concentrado:

I – A finalidade da ação direta de inconstitucionalidade é retirar do ordenamento jurídico lei ou ato normativo incompatível com a ordem constitucional. Assim, não poderá a ação ultrapassar seus fins de exclusão, do ordenamento jurídico, dos atos incompatíveis com o texto da Constituição;

II – A ação direta de inconstitucionalidade é suscetível de desistência;

III – O ajuizamento da ação direta de inconstitucionalidade se sujeita à observância de prazo prescricional ou de caráter decadencial;

- A) Todas as alternativas estão corretas;
- B) Todas as alternativas estão incorretas;
- C) As alternativas I e II estão incorretas;
- D) As alternativas II e III estão incorretas;
- E) As alternativas I e III estão incorretas.

25- Assinale a alternativa INCORRETA:

- A) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral;
- B) A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais;
- C) Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subseqüentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando;
- D) Prorrogar-se-á por quantas vezes for necessária, por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional;
- E) Aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto.

26- Assinale a alternativa INCORRETA:

- A) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados;
- B) Existe *bis in idem* na regra de cumulação de sanções penais, civis e administrativas a atos lesivos ao meio ambiente;
- C) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais;
- D) Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei;
- E) Nenhuma das anteriores.



27- Assinale a alternativa CORRETA:

- A) É assegurado o direito de greve, competindo aos empregadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender;
- B) Os trabalhadores em greve definirão os serviços ou atividades essenciais e disporão sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade;
- C) Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis apenas às penas administrativas;
- D) É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação;
- E) Nenhuma das anteriores.

28- Quanto aos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais:

I – Têm direito a aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;

II – O horário de trabalho durante o aviso prévio será reduzido de duas horas diárias, sem prejuízo do salário integral, podendo o empregado trabalhar sem a redução das duas horas diárias;

III – o prazo prescricional quanto aos créditos resultantes da relação de trabalho é de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do trabalho, inclusive para os menores de 18 anos;

- A) Todas as alternativas estão corretas;
- B) Todas as alternativas estão incorretas;
- C) As alternativas I e II estão corretas;
- D) As alternativas II e III estão corretas;
- E) As alternativas I e III estão corretas.

29- São recursos admissíveis das decisões na Justiça do Trabalho:

- A) Embargos, recurso extraordinário, agravo e apelação;
- B) Embargos, recurso ordinário, recurso de revista e agravo;
- C) Embargos, recurso ordinário, recurso de revista e apelação;
- D) Embargos, agravo e apelação;
- E) Recurso de revista e apelação.

30- Considerando ser o salário "o valor econômico pago diretamente pelo empregador ao empregado em função da prestação dos serviços" pode-se afirmar que:

- A) Salário é impenhorável, mesmo para pagamento de prestação alimentícia;
- B) Salário é intangível;
- C) Em qualquer caso o salário é irredutível;
- D) O 13º salário, conhecido como gratificação natalina, é direito apenas dos trabalhadores urbanos;
- E) A remuneração do serviço extraordinário é igual à do normal.



31- Quanto ao recurso de Revista:

I – É cabível nas decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho em grau de recurso ordinário;
II – Não é cabível para analisar apenas questão de fato;
III – Deve ser interposto no prazo de 8 (oito) dias;
IV – O Tribunal Superior do Trabalho, no recurso de revista, examinará previamente se a causa oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.

- A) Todas as alternativas estão corretas;
- B) Apenas a alternativa III está incorreta;
- C) As alternativas III e IV estão incorretas;
- D) Apenas a alternativa III está correta;
- E) Todas as alternativas estão incorretas.

32- À luz do Sistema Tributário Nacional, é INCORRETO afirmar que:

- A) a obrigação tributária é principal ou acessória. A principal decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos;
- B) imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte;
- C) as taxas são tributos de competência da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, cobradas no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição;
- D) tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada;
- E) considera-se contribuição de melhoria a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

33- Quanto à liquidação de sentença é CORRETO afirmar:

- A) É permitido, na liquidação, discutir de novo a lide;
- B) Da decisão de liquidação caberá apelação;
- C) Far-se-á a liquidação por artigos, quando, para determinar o valor da condenação, houver necessidade de alegar e provar fato novo;
- D) Requerida a liquidação por arbitramento, o juiz nomeará o perito que não terá prazo fixado para a entrega do laudo;
- E) Far-se-á a liquidação por arbitramento quando determinado pela sentença (não podendo ser convencionado pelas partes) ou o exigir a natureza do objeto da liquidação.



34- Quanto ao cumprimento de sentença estabelecido pela Lei 11.232/05 é INCORRETO afirmar:

- A) Quando na sentença houver uma parte líquida e outra ilíquida, ao credor é lícito promover simultaneamente a execução daquela e, em autos apartados, a liquidação desta;
- B) Caso o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, não o efetue no prazo de dez dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de quinze por cento;
- C) Do auto de penhora e de avaliação será de imediato intimado o executado na pessoa de seu advogado;
- D) O exeqüente poderá, em seu requerimento, indicar desde logo os bens a serem penhorados;
- E) Não sendo requerida a execução no prazo de seis meses, o juiz mandará arquivar os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte.

35- Quanto à impugnação ao cumprimento de sentença:

I - Quando o executado alegar que o exeqüente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à resultante da sentença, cumprirá ao exeqüente demonstrar novo valor;

II - Uma vez atribuído efeito suspensivo à impugnação, é defeso ao exeqüente requerer o prosseguimento da execução, mesmo que ofereça e preste caução suficiente e idônea;

III - Deferido efeito suspensivo, a impugnação será instruída e decidida nos próprios autos e, caso contrário, em autos apartados.

- A) Todas as alternativas estão corretas;
- B) Todas as alternativas estão incorretas;
- C) Apenas a alternativa III está correta;
- D) Apenas a alternativa I está correta;
- E) Nenhuma das anteriores.

36- No processo civil são cabíveis os seguintes recursos:

- A) Apelação, agravo, embargos infringentes, embargos de declaração, recurso ordinário, recurso especial, recurso extraordinário e embargos de divergência;
- B) Apelação, agravo de instrumento, embargos infringentes, embargos de declaração, recurso ordinário, recurso especial, recurso extraordinário e embargos de divergência;
- C) Apelação, agravo de instrumento, embargos infringentes, embargos de declaração, recurso ordinário, recurso extraordinário e embargos de divergência;
- D) Apelação, agravo de instrumento, embargos infringentes, embargos de declaração, recurso ordinário, recurso especial e recurso extraordinário.

37- Quanto ao Usucapião de bens imóveis:

I - Aquele que, por vinte anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquirir-lhe-á o domínio, independentemente de título e boa-fé que, em tal caso, se presume, podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual lhe servirá de título para a transcrição no registro de imóveis;



II - Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como sua, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural não superior a vinte e cinco hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade;

III - Intervirá facultativamente em todos os atos do processo o Ministério Público.

- A) Todas as alternativas estão corretas;
- B) Todas as alternativas estão incorretas;
- C) Apenas a alternativa III está incorreta;
- D) As alternativas I e III estão corretas;
- E) As alternativas II e III estão corretas.

38- Quanto à prescrição é INCORRETO afirmar:

- A) Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes;
- B) A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor;
- C) A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita;
- D) A renúncia da prescrição sempre será expressa, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar;
- E) Nenhuma das anteriores.

39- - De acordo com as afirmações abaixo, marque a alternativa CORRETA:

I - A redução de benefício fiscal a implicar aumento de tributos submete-se à observância do princípio da anterioridade.

II - Na ausência de disposição legal em contrário, as taxas, em face de sua índole contra prestacional, fazem-se automaticamente abranger pela isenção.

III - Desde que obedecido o princípio da hierarquia das leis, a isenção onerosa pode ser extinta a qualquer tempo.

IV - A remissão é ato de autoridade administrativa dotada de expressa autorização legal; a remição, por seu turno, é ato de resgate que pode ser realizado pelo particular em relação a bem penhorado em execução fiscal.

- A) Estão corretas apenas as alternativas I e IV;
- B) Estão corretas apenas as alternativas II e III;
- C) Estão corretas apenas as alternativas I, III e IV;
- D) Todas as alternativas estão incorretas;
- E) Todas as alternativas estão corretas.



40 - Quanto à citação:

I - A citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa; e, ainda quando ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição;

II - Para a validade do processo é indispensável a citação inicial do réu;

III - O comparecimento espontâneo do réu supre a falta de citação;

IV - Comparecendo o réu apenas para argüir a nulidade e sendo esta decretada, considerar-se-á feita a citação na data em que ele ou seu advogado for intimado da decisão.

- A) Todas as alternativas estão incorretas;
- B) Todas as alternativas estão corretas;
- C) Apenas a alternativa IV está incorreta;
- D) Apenas as alternativas II e III estão corretas;
- E) Apenas a alternativa I está incorreta.

41- Quanto aos direitos do advogado, é INCORRETO afirmar:

- A) Examinar, em cartório de justiça e secretaria de tribunal, autos de qualquer processo, salvo os que correm em segredo de justiça;
- B) Requerer, como procurador, vista dos autos de qualquer processo pelo prazo de 5 (cinco) dias;
- C) Retirar autos de processos findos, mesmo sem procuração, pelo prazo de 5 dias;
- D) Recusar-se a depor como testemunha em processo no qual funcionou ou deva funcionar, ou sobre fato relacionado com pessoa de quem seja ou foi advogado, mesmo quando autorizado ou solicitado pelo constituinte, bem como sobre fato que constitua sigilo profissional;
- E) O advogado tem imunidade profissional, não constituindo injúria, difamação ou desacato puníveis, qualquer manifestação de sua parte, no exercício de sua atividade, em juízo ou fora dele, sem prejuízo das sanções disciplinares perante a OAB, pelos excessos que cometer;

42- Assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos exigidos nos artigos 282 e 283 do CPC, ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor a emende, ou a complete, no prazo de 15 (quinze) dias;
- B) Estando em termos a petição inicial, o juiz a despachará, ordenando a citação do réu, para responder; do mandado constará que, não sendo contestada a ação, se presumirão aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor;
- C) É permitida a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão;
- D) Antes da citação, o autor poderá aditar o pedido, correndo à sua conta as custas acrescidas em razão dessa iniciativa;
- E) Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de quarenta e oito horas, reformar sua decisão.



43- Assinale a alternativa CORRETA:

- A) É permitida a escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece;
- B) Chama-se coisa julgada ou caso julgado a decisão judicial conhecida como sentença ou resolução;
- C) Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso;
- D) Efetuar-se-á o pagamento no domicílio do credor, salvo se as partes convencionarem diversamente, ou se o contrário resultar da lei, da natureza da obrigação ou das circunstâncias;
- E) A sucessão abre-se em qualquer domicílio do falecido.

44- Assinale a alternativa CORRETA:

- A) A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal;
- B) Na cessão por título oneroso, o cedente, não fica responsável ao cessionário pela existência do crédito ao tempo em que lhe cedeu; nem a mesma responsabilidade lhe cabe nas cessões por título gratuito, se tiver procedido de má-fé;
- C) A responsabilidade do alienante não subsiste ainda que a coisa pereça em poder do alienatário, se perecer por vício oculto, já existente ao tempo da tradição;
- D) No seguro de responsabilidade civil, o segurador não é responsável pelo pagamento de perdas e danos devidos pelo segurado a terceiro;
- E) Nenhuma das anteriores.

45- Assinale a alternativa CORRETA:

- A) A ação de consignação em pagamento tem natureza condenatória;
- B) Os embargos de terceiro podem ser contestados pelo embargado em 15 dias;
- C) Não se admite ação monitória contra a Fazenda Pública;
- D) As ações possessórias têm natureza dúplice;
- E) Nenhuma das anteriores.

46- É competência do município de Vitorino, exceto:

- A) legislar sobre assuntos de interesse local.
- B) suplementar a legislação Federal e Estadual no que couber.
- C) instituir e arrecadar tributos de qualquer natureza, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em Lei.
- D) Prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e Estado programas de educação pré-escolar e ensino fundamental.
- E) n.d.a



Instituto Nacional de Direito Público e Controle Social

Rua Martim Afonso, 536, Cj 01, Bairro São Francisco
CEP: 80410-060 - Fone/Fax: 41 3076-5576
idejura@pop.com.br - Curitiba - Paraná

47- Compete ao Presidente da Câmara Municipal, além de outras atribuições estipuladas no regimento interno. Exceto:

- A) Representar a Câmara Municipal
- B) Declarar extinto o mandato de Prefeito, vice- Prefeito e vereadores, nos casos previstos em Lei.
- C) Acompanhar e supervisionar a redação das atas das demais sessões e preceder a sua leitura.
- D) Exercer, em substituição, a chefia do Executivo Municipal nos casos previsto em Lei.
- E) interpretar e fazer cumprir o regimento interno.

48- A publicação das Leis e dos atos municipais, far-se-ão em órgão oficial ou, não havendo, em órgão de imprensa local. Porém se não houver nem a imprensa local, qual deve ser a atitude da Administração Pública:

- A) Ficará a Administração Pública desincumbida de tal ônus, pois não tem culpa alguma de não existir órgão oficial e imprensa local.
- B) A Administração Pública deverá criar um jornal local para que seja publicada as Leis e atos Municipais, pois não pode ficar fora das determinações da Lei.
- C) A Administração Pública deverá imprimir em folha comum os atos municipais e Leis, e fazer a distribuições das impressões, para que pelo menos um terço da população da cidade receba tal impressão.
- D) A publicação será feito por afixação, em local próprio e de acesso, público, na sede da Prefeitura e Câmara Municipal.
- E) A Administração Pública deverá mandar publicar seus atos e Leis em um jornal que tenha circulação no Estado, para que atinja o maior numero de municípios possíveis.

49- Compete a Câmara Municipal, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições. Exceto:

- A) Eleger sua mesa diretora, bem como destituí-la na forma da Lei Orgânica Municipal.
- B) Elaborar seu regimento interno
- C) Autorizar o Prefeito ao se ausentar do Município, quando a ausência exceder 15 (quinze) dias e do País a qualquer tempo.
- D) Legislar no município sobre assuntos de qualquer natureza, mesmo que contra Lei federal, desde que o assunto seja de interesse local, permanecendo dessa forma o interesse local..
- E) Autorizar referendo e convocar plebiscito.

50- O processo legislativo Municipal compreende a elaboração de diversas espécies de Leis. Qual dentre as que estão a seguir, não é de competência da Câmara Municipal.

- A) Emendas a Lei Orgânica Municipal.
- B) Leis Ordinárias.
- C) leis Delegadas
- D) Leis complementares
- E) n.d.a

BOA SORTE